

Encuentro de Especialistas do Montado

20-21 de abril 2026

Parque de Natureza de Noudar

**Interreg
Sudoe**



Co-funded by
the European Union

SocialForest



INRAE



Encontro de Especialistas do Montado

Programa

20 de abril, 2ª

12:30 Encontro em Barrancos para almoço conjunto - Restaurante o Esquina

14:30 Início dos trabalhos no Parque de Natureza de Noudar

O Dia 1 é dedicado a estruturar e detalhar o policy brief.

Após discussão inicial, serão feitos grupos de trabalho para desenvolver cada componente do documento.

19:30 Final da sessão de trabalho

20:00 Jantar

21:30 Brainstorming coletivo e convívio

21 de abril, 3ª

8:30 Pequeno-almoço

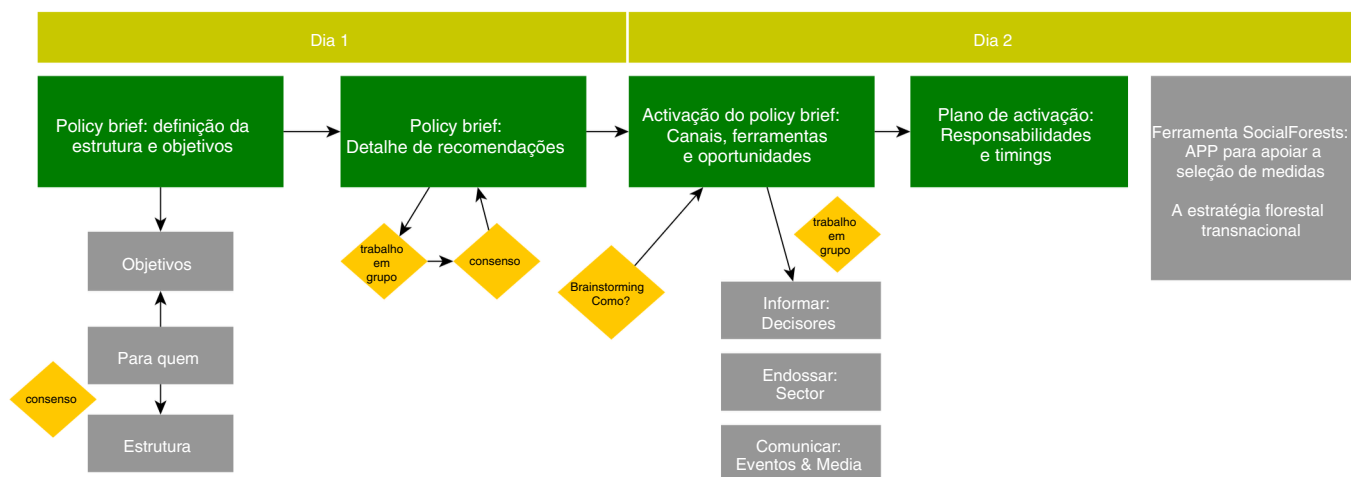
9:30 Início dos trabalhos

No Dia 2 vamos pensar conjuntamente nos mecanismos de divulgação do policy paper: junto dos decisores (*para aplicarem as recomendações*), sector (*para endossarem o documento*) e meios de comunicação social (*para promoverem a iniciativa*).

11:30 A estratégia transnacional para as florestas e a APP de apoio à decisão do gestor, por Laura Arnal, SocialForests

13:00 Fim dos trabalhos e almoço em Noudar

14:30 Visita às áreas piloto



Encontro de Especialistas do Montado

Lista de participantes

Entidade	Nome do participante	Perspetiva representada
Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM)	1. Filipe Dias	Conservação da Natureza (ONGA)
	2. Maria Bastidas	
	3. André Matoso	Empresa pública - gestão do montado
	4. José Carlos Ruivo	
EDIA		Empresa pública - gestão do montado
Companhia das Lezírias	5. João Fonseca	
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	6. Fernanda Rodrigues	Administração Pública
Faculdade de Ciências – Universidade de Lisboa	7. Cristina Branquinho	8. Investigação e Conhecimento
Instituto MED – Universidade de Évora	Teresa Pinto Correia	
Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Beja	9. Representante do MED / Change (<i>a confirmar</i>)	Investigação e Conhecimento
Sociedade Agrícola Vargas Madeira	10. Manuel Patanita	Investigação e Conhecimento
ANPEMA – Associação Nacional de Pequenos e Médios Agricultores	11. João Madeira	Empresa privada (gestor)
	12. António Luís Palma	Aconselhamento (representante de cooperativa Agrícola)
Consulai	13. Beatriz Almeida 14. Maria Pereira da Silva	Empresa privada (consultor) - aconselhamento para a gestão
Quercus	15. Miguel Ribeiro	Conservação da Natureza (ONGA)
Universidade Politécnica de Valencia	16. Laura Arnal	Representante do Projeto SocialForest
Nature Dialogues	17. Bárbara Pais	Facilitação

Anexo

Recomendações da primeira sessão



Recomendações

O conjunto de recomendações identificadas é o resultado da análise dos grupos de trabalho e da reflexão conjunta. As dez propostas estruturam caminhos possíveis (“*pathways*”) para responder a problemas crónicos do sector, identificados pelos especialistas convidados. Pretendem assim reverter o atual cenário de subfinanciamento e falta de apoio técnico aos agricultores; contribuir para a eliminação gradual dos subsídios ambientalmente prejudiciais; incentivar para uma utilização racional dos recursos económicos e naturais; e promover a qualificação, a transferência de conhecimento e a inovação do sector.

As recomendações encontram-se divididas em três grandes eixos, e são detalhadas nas páginas seguintes.

Qualificação do sector e transferência de conhecimento

- 1) Criação de um Plano Nacional de Formação, numa perspetiva de potenciar a aprendizagem contínua e qualificação do sector
- 2) Capacitação dos agricultores para a demonstração financeira de práticas de gestão
- 3) Definir ferramentas, mecanismos e incentivos para a transferência de conhecimento, a inovação e a capacitação do sector.
- 4) Incentivar a produção de informação técnica e demonstrativa da adaptação de medidas em diferentes realidades geográficas e bioclimáticas

Gestão do montado

- 5) Discriminação positiva para as medidas de apoio ao melhoramento através de pacote remuneratório mais atrativo
- 6) Definição de limiares regionalizados por região bioclimática para favorecer a presença de matos, valorizar o seu potencial forrageiro e a proteção do solo
- 7) Incentivar a redução de mobilizações no montado e promover o recurso à sementeira direta

Envolvimento e apoio ao sector

- 8) Definição de sistemas de governança, representatividade e acompanhamento do sector, através de uma gestão de proximidade e da criação de estruturas de apoio aos agricultores
- 9) Financiar a criação de estruturas locais e contratação de recursos humanos para o apoio técnico e acompanhamento aos agricultores
- 10) Investir na atratividade do sector, com o intuito de reverter a sua tendência de envelhecimento

3.1 Qualificação do sector e transferência de conhecimento

A formação insuficiente dos agricultores, tanto ao nível da decisão estratégica e da gestão financeira como ao nível da implementação de medidas práticas, é considerada um dos maiores fatores limitantes da competitividade do setor. As formações existentes são pouco eficazes, dado à falta de monitorização e avaliação de impacto das formações.

Os atuais contratos de assistência técnica não cumprem o objetivo de aumentar o conhecimento técnico e prático dos agricultores; as associações são maioritariamente procuradas para apoio administrativo, e não técnico. Apesar do conhecimento científico, há pouca transferência de conhecimento para os gestores agrícolas, e uma necessidade crónica de estruturas de apoio técnico ao agricultor. Recomenda-se:

Recomendação 1) Criação de um Plano Nacional de Formação, numa perspetiva de potenciar a aprendizagem contínua e qualificação do sector

Criação de uma cartilha de qualificações, a definição de mecanismos de avaliação de impacto das formações, e a atribuição de verbas às entidades formadoras, considerando os seguintes aspetos:

- **Formações obrigatórias e gratuitas** para os agricultores e trabalhadores de explorações agrícolas
- **Definição de um nº mínimo de horas de formação anual** como condicionante de majoração de apoios
- **Atribuição de apoios a cooperativas / associações / entidades** que desenvolvem e dinamizam / entregam estas formações
- **Contabilização das horas de formação:** considerar a contabilização não apenas em contexto de sala / teórico, mas também formação prática, dias de campo e acolhimento de jovens para transferência de conhecimento
- **Definição de mecanismos de avaliação do impacto das formações:** Quantificação e valoração qualitativa do impacto da formação nos participantes, criando indicadores que permitam medir a eficácia – na execução prática e na mudança de comportamento.
- **Envolvimento e articulação mais estreita** com Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Recomendação 2) Capacitação dos agricultores para a demonstração financeira de práticas de gestão

Agricultores devem ser incentivados a **demonstrar financeiramente o resultado económico das suas práticas de gestão**, traduzindo em valores monetários os benefícios das boas práticas e as perdas causadas pelas más práticas. Esta medida permite assim contabilizar o custo das operações e as poupanças geradas, em solo, água e outros recursos.

A sua aplicação deverá ser prevista no novo Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) pós-2027, com inclusão desta demonstração financeira nos esquemas de apoio. Poderá ainda constar no **Plano Nacional de Formação** (previsto na Recomendação 1) para os trabalhadores e gestores do sector.

Recomendação 3) Definir ferramentas, mecanismos e incentivos para a transferência de conhecimento, a inovação e a capacitação do sector

Apesar do conhecimento científico produzido, existe uma falta de transmissão do conhecimento para o gestor agrícola. A heterogeneidade do território reduz também o potencial das áreas demonstrativas, condicionando a transferência de conhecimento, já que os agricultores tendem a não ver potencial de aplicabilidade nas suas explorações. Novamente, aqui deverá ser tida em consideração na revisão da PEPAC as condicionantes de acesso aos apoios e obrigações dos beneficiários.

Cenários possíveis, no âmbito da criação de um Plano Nacional de Formação (descrito na Recomendação 1):

- **Cenário 1)** Formações podem requerer um plano de implementação prévio: agricultor participa em determinada formação com o intuito de aprender como se implementa. A formação faz parte do plano de implementação;
- **Cenário 2)** Formações podem incluir a realização de um plano de implementação;
- **Cenário 3)** Contrato de apoio técnico com uma associação que inclua formação. Formação implementada num plano de concreto, com resultados – alteração às práticas de curto prazo.

Recomendação 4) Produzir informação técnica e demonstrativa de medidas de adaptação em diferentes realidades geográficas e bioclimáticas

A revisão da PEPAC e das condicionantes de acesso aos apoios públicos (obrigações associadas aos beneficiários de subsídios) é fundamental, garantindo que as medidas se adequam ao conhecimento científico mais atual e que os instrumentos de apoio mantêm flexibilidade para serem revistos e atualizados.

A adaptação das medidas de gestão deve basear-se no melhor conhecimento científico disponível, avaliando as especificidades locais — pluviosidade, clima, solo, orientação, altitude e orografia — para adequar respostas a cada território. É essencial estratificar as amostragens, identificar porque certas medidas não são aplicáveis em determinados contextos e considerar as diferenças entre sistemas.

Para incentivar inovação e transmissão de conhecimento, devem ser beneficiados proprietários com áreas de demonstração, promovendo boas práticas de adaptação (Living Lab) e comparando-as com práticas menos adequadas, incorporando os custos e as externalidades.

É também vital financiar investigação e inovação em projetos de longo prazo (mínimo 15–20 anos), aprofundando o conhecimento técnico e a implementação prática de medidas de adaptação nos vários contextos territoriais.

3.2 Gestão do Montado

Recomendação 5) **Discriminação positiva para as medidas de apoio ao melhoramento através de pacote remuneratório mais atrativo**

Nas medidas de apoio ao melhoramento, são unicamente valorizadas espécies como *Quercus ilex* e *Quercus suber*, negligenciando outras espécies e ações que podem conduzir à melhoria do montado. Adicionalmente, o valor atribuído às medidas de melhoramento é idêntico ao destinado às de manutenção, havendo um claro desfasamento entre o nível de risco e o esforço requerido que as diferentes medidas comportam. O agricultor-beneficiário que pretende fazer melhoramento é assim desfavorecido, reduzindo o potencial interesse em aplicar essa medida. O baixo incentivo a ações de melhoramento desfavorece áreas de montado que necessitam de aumentar a sua densidade arbórea.

Recomenda-se a definição de:

- Um pacote remuneratório significativamente mais atrativo para as áreas de melhoramento, comparativamente ao valor atribuído para apoio à manutenção¹, uma vez que compreende maior esforço, risco e obrigações para o agricultor. A atribuição, sendo feita parcela a parcela, permite que na mesma propriedade possam existir parcelas em diferentes regimes de financiamento. **Deverá ser definida uma % mínima de área afeta a esta componente.** Numa perspetiva de melhoria contínua, parcelas em melhoramento tenderão a tornar-se parcelas de manutenção. **Deverá ser dada liberdade ao agricultor (e/ ou ao respetivo aconselhamento técnico) para definir os métodos de atuação para o melhoramento²,** que deverá ser vertido num plano com o qual ele se compromete. O sucesso das ações implementadas depende de vários fatores, alguns alheios à gestão direta do agricultor-beneficiário. Se durante o período de vigência do financiamento as metas não tiverem sido alcançadas, **o agricultor-beneficiário terá de demonstrar que cumpriu as ações definidas no plano e que o investimento foi feito.**

Recomendação 6) **Definição de limiares regionalizados por região bioclimática para favorecer a presença de matos, valorizar o seu potencial forrageiro e a proteção do solo**

A densificação da cobertura arbórea é essencial para potenciar a regeneração natural do montado. No entanto, a presença de matos é vista como sinónimo de degradação, abandono e negligência, considerada fator de penalização na atribuição de subsídios. Esta falta de reconhecimento do valor dos matos, que servem de complemento aos animais onde pode existir pastoreio efetivo, vem prejudicar a sucessão ecológica e ter consequências negativas em termos de perda de solo e retenção de água, devido a gradagens constantes.

- **Definir baselines / limiares regionalizados por região bioclimática,** consagrando a variabilidade do limiar de acordo com o nível de pluviosidade. Nesse sentido, a classificação do montado, segundo a sua densidade arbórea, tem de ser adaptada ao nível de pluviosidade local.

¹ A diferença na estrutura da própria medida ajuda a combater o desagrado dentro do sector, que preferencialmente beneficia as áreas de montado já em boas condições, uma vez que a manutenção comporta menores investimentos e risco.

² Como exemplos: diminuição da mobilização / degradação do solo; exclusão ao pastoreio

- **Demonstrar cientificamente que a remoção de matos não é adequada a todo o território nacional:**
 - Analisar a evolução da qualidade de matos, criando crono-sequências para avaliar a sua progressão em 5-10-15 anos.
 - Demonstrar o contributo de matos em zonas pastoreadas, através da subdivisão das áreas cobertas com mato: mato inútil e mato a desempenhar uma função ecológica, como parte de uma estratégia de gestão.
- **Indicadores:** A definição de montado, processo de regionalização da baseline
 - nível de pluviosidade
 - índice de aridez (água e temperatura)
 - % de área de montado abrangida por aderentes
 - % de área
 - % de produtores
- **Ferramentas para analisar a cobertura e qualidade dos matos:**

Metodologias de análise

 - Por satélite - para analisar produtividade com fenologia (distinguindo herbáceas de perenes)
 - Satélite multi-espectral – que permite identificar eventualmente, algumas espécies
 - Fotografia aérea.
 - Com análise por inteligência artificial, com um algoritmo previamente desenvolvido, condicionado a validação humana.

Recomendação 7) Incentivar a redução de mobilizações no montado e o promover recurso à sementeira direta

A frequência das mobilizações no montado reduz a matéria orgânica, prejudicando a fertilidade e a capacidade de infiltração, percolação e retenção de água do solo. No atual quadro legislativo, o apoio à instalação de culturas permanentes e à sementeira direta é pouco atrativo. Além do ceticismo ainda preponderante entre agricultores, a dificuldade de acesso à maquinaria necessária também condiciona a implementação. Considerando a necessidade de, progressivamente, eliminar as mobilizações no montado, recomenda-se:

- Definir regulamento para efetuar mobilizações, devendo ser requeridas e autorizadas por uma entidade supervisora (a definir), à imagem do que é feito com a desrama, poda e abate de quercíneas;
- Paralelamente aos estímulos financeiros, deve ser criado um quadro sancionatório para quem mobiliza sem autorização. As penalizações deveriam incidir sobre os montantes a receber por este tipo de medidas;
- No apoio à sementeira direta, a ajuda deve compensar parcialmente o custo (e não totalmente) no quadro regulamentar daquela medida. O objetivo é incentivar a corresponsabilização do beneficiário e a utilização responsável do financiamento.
- Na desagregação / cálculo da ajuda, deve estar incluída uma componente para compensar o sobrecusto da não mobilização de solo (como corta-matos).
- Prever apoios para a aquisição de máquinas de sementeira direta:
 - a produtores, para utilização individual
 - a prestadores de serviços, cooperativas e associações para utilização coletiva

3.3 Envolvimento e apoio ao sector

Recomendação 8) Definição de sistemas de governança, representatividade e acompanhamento do sector, através de uma gestão de proximidade e da criação de estruturas de apoio aos agricultores

Desenvolver um **plano de governança** que inclua acompanhamento, monitorização e avaliação, promovendo uma participação mais horizontal e transversal dos agricultores. Promover a influência e representatividade do associativismo, para que este represente verdadeiramente o sector e não apenas de forma administrativa. **Prever incentivos financeiros e fiscais, aumentar a literacia dos intervenientes e garantir a articulação com a PEPAC e com outros programas de apoio.**

Recomendação 9) Financiar a criação de estruturas locais e contratação de recursos humanos para o apoio técnico e acompanhamento aos agricultores

A criação de estruturas locais de apoio pode ser desenvolvida diretamente pelas CCDRs e CIMs, com a **criação de um departamento com recursos humanos e materiais** para prestar apoio e acompanhamento técnico aos agricultores. Este apoio viria colmatar a falta de conhecimento e potenciar uma gestão de proximidade, com visitas técnicas regulares para identificação de desafios e planeamento de soluções adaptadas às características da exploração.

Poderá envolver diferentes entidades que representam o sector nos territórios, através de apoios diretos (uma majoração).

Recomendação 10) Investir na atratividade do sector, com o intuito de reverter a sua tendência de envelhecimento

Deverá ser **atribuída uma majoração**, dentro dos apoios a jovem agricultor, quando o titular da exploração tiver menos de 50 anos, potenciando a passagem do título ao descendente.

Comunicar o valor agrícola à sociedade, com campanhas de comunicação organizadas, através da criação de linhas de financiamento para associações, federações e cooperativas de agricultoras possam executar.